



**DOCUMENTO FINAL  
DA ETAPA  
CONTINENTAL EM  
OCEANIA**

“Escutar os irmãos  
e as irmãs sobre as  
esperanças e as crises  
da fé nas diversas  
áreas do mundo,  
sobre as urgências  
de renovação da vida  
pastoral, sobre os  
sinais que provêm  
das realidades locais.  
Por fim, temos a  
oportunidade de nos  
tornarmos uma Igreja  
da proximidade.”

(Papa Francisco)

# Introdução

Este documento reflete as vozes do Povo de Deus na Oceânia em resposta ao Documento de Trabalho para a Etapa Continental (DEC). Inclui uma Reflexão Pastoral dos bispos da Oceânia reunidos na Assembleia da Federação das Conferências Episcopais Católicas da Oceânia (FCBCO) nas Ilhas Fiji (5-10 de fevereiro de 2023), sobre o que ouviram do seu povo.

## Descrição da Oceania

1. O vasto continente da Oceânia é um mar de ilhas, grandes e pequenas, situadas no Oceano Pacífico, que ocupa um terço do planeta. A Oceânia tem uma característica única que nenhuma outra região partilha. A linha de demarcação internacional passa pelo meio deste continente. A posição da linha do tempo significa que cada novo dia começa e termina na Oceânia. A oração da Igreja, as primeiras missas do dia, acontecem na Oceânia, todos os dias. As últimas orações e as actividades da vida quotidiana também acontecem nos países da Oceânia.

2. A Oceânia é rica em diversidade. Existem 21 países, desde pequenos Estados insulares a grandes massas de terra, com uma grande variedade de grupos étnicos, culturais e linguísticos. A região é rica numa abundância natural de flora, fauna e vida marinha. O acesso aos recursos, às comunicações e às infra-estruturas comunitárias é muito variável na região. Para todos os países, o impacto da crise ecológica constitui uma ameaça considerável e preocupa o discurso político, económico, social e eclesial. A expansão comercial global na região e à sua volta constitui uma ameaça à sobrevivência e à existência dos meios de subsistência, da cultura e do lar dos muitos grupos minoritários indígenas, diversos e únicos, da Oceânia.

3. A subida do nível do mar ameaça a própria existência dos pequenos Estados insulares da Oceânia e, cada vez mais, as inundações catastróficas, os ciclones e os incêndios são uma realidade em muitos países. A nossa região é o foco e o lugar de conflitos geopolíticos entre potências mundiais e é afetada por dinâmicas coloniais e neocoloniais impulsionadas por entidades económicas transnacionais. Como em todos os outros continentes, a pandemia de COVID-19 causou um impacto significativo nas vidas e nos meios de subsistência, bem como na vida da Igreja.

4. A Federação das Conferências Episcopais Católicas da Oceânia (FCBCO) inclui quatro conferências episcopais - a Conferência Episcopal da Papua Nova Guiné e das Ilhas Salomão (CBCPNGSI); a *Conferentia Episcopalis Pacifici* (CEPAC); a Conferência Episcopal da Nova Zelândia (NZCBC); a Conferência Episcopal Australiana (ACBC); e representantes das Igrejas Católicas Orientais (ECC).

5. Os países da Oceânia são: Samoa Americana, Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Polinésia Francesa, Guam, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Nova Caledónia, Nova Zelândia, Niue, Ilhas Marianas do Norte, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Wallis e Futuna.

## Contexto das Conferências Episcopais e das Igrejas Católicas Orientais na Oceânia

6. Os princípios organizacionais e eclesiais comuns coexistem com a riqueza e a diversidade das conferências episcopais da Oceânia. Nas Igrejas Católicas Orientais, existe uma variedade de disposições administrativas, com algumas a funcionar num único país e outras em vários países ou em todo o continente. A nossa região inclui tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento - como resultado, haverá inevitavelmente diferentes questões a serem abordadas, pastoralmente e como uma questão de defesa urgente.

### CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS AUSTRALIANOS (ACBC)

7. De acordo com o Censo de 2021, a população da Austrália era de cerca de 25,4 milhões, dos quais quase 5,1 milhões (20%) se identificavam como católicos. Nos últimos anos, o número de australianos que não se identificam com nenhum grupo religioso aumentou para quase 10 milhões em 2021, e agora compreende 38,9% da população.

8. Quase um em cada cinco católicos australianos (19,9%) tinha 65 anos ou mais, enquanto 17,9% tinham menos de 15 anos. Vinte e sete por cento nasceram no estrangeiro, dos quais quatro em cada cinco eram de países que não falam inglês. Pouco mais de um em cada cinco católicos (21,5%) falava uma língua diferente do inglês em casa. Cerca de 2,7% dos católicos australianos - ou quase 136.000 pessoas - identificaram-se como indígenas australianos.

9. A Igreja Católica na Austrália compreende 28 dioceses geográficas, sete das quais são arquidioceses. Existem também cinco eparquias de rito oriental e dois ordinariatos, cada um dos quais cobre toda a Austrália e, nalguns casos, mais além. Todos os bispos, eparcas e ordinários reúnem-se duas vezes por ano, trabalhando através de 11 comissões episcopais e são apoiados por numerosos conselhos consultivos. Existem cerca de 175 institutos religiosos cujos membros vivem em comunidade e aderem a um modo de vida baseado em votos. A maioria é regida pelas suas próprias constituições, mas, nalguns casos, pelo bispo local. Trabalham numa diocese com o consentimento do bispo.

10. Uma característica particular da Igreja Católica na Austrália é o leque de ministérios que assume e pelos quais é responsável. É o maior prestador não governamental de assistência social e educação, com escolas católicas a educar um pouco mais de uma em cada cinco crianças australianas, e hospitais católicos e instalações de cuidados a idosos que cuidam dos doentes, vulneráveis e idosos. Cada vez mais, a gestão destes serviços é feita por Pessoas Jurídicas Públicas Ministeriais (MPJP) - entidades estabelecidas no direito canónico com uma função específica, como a administração dos ministérios. Foram criadas por institutos religiosos que transferiram os seus ministérios para administradores canónicos.

### CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PACÍFICO (CEPAC)

11. A CEPAC inclui 16 jurisdições - 14 dioceses (cinco das quais são arquidioceses) e a Prefeitura Apostólica das Ilhas Marshall e a Missio Sui Iuris de Funafuti e Tokelau são também membros da CEPAC. Há 750.000 católicos numa região com cerca de

2,3 milhões de habitantes. Esta população católica é apoiada por 485 padres e 126 diáconos (alguns dos quais estão filiados em ordens religiosas), 133 irmãos e 666 irmãs religiosas.

12. A tradição das Comunidades Cristãs de Base (CCB) está viva em muitas partes do Pacífico, com grupos que se reúnem para rezar e ler a Bíblia - muitas vezes com pouco contacto de um padre ou religioso devido a desafios sazonais e geográficos.

13. A Igreja Católica coexiste com comunidades cristãs maioritariamente protestantes e evangélicas em muitos países do Pacífico.

### **IGREJAS CATÓLICAS ORIENTAIS (ECC)**

14. As Igrejas Católicas Orientais da Oceânia compreendem cinco Eparquias (dioceses) - as Igrejas Ucraniana, Melquita, Caldeia, Siro-Malabar e Maronita. Há também outras Igrejas Católicas Orientais que não têm atualmente um Ordinário das suas próprias Igrejas, incluindo as Igrejas Católicas Copta, Arménia, Russa, Siríaca e Siro-Malankara. As Igrejas Católicas Orientais colaboram em exercícios como a resposta à sinodalidade, mas não estão formalmente associadas numa entidade única comparável a uma conferência episcopal<sup>1</sup>.

15. Existe uma grande variedade de experiências entre as Igrejas Católicas Orientais da Oceânia <sup>2</sup>. Funcionam como entidades autónomas e estão a florescer. São constituídas por diversas heranças litúrgicas e teológicas, tanto na tradição antioquena-síria como na tradição bizantina. Cada uma das Igrejas apresenta também perspectivas culturais únicas. Esta diversidade é marcada pelos diferentes componentes que formam a identidade de cada uma destas Igrejas Católicas Orientais, incluindo

- I. heranças litúrgicas e teológicas especiais,
- II. Igrejas de Calcedónia fiéis ao "mistério da salvação";
- III. Igrejas Patriarcais, muitas com um aspeto ascético e monástico único; e
- IV. Igrejas em plena união com a Sé Apostólica Romana.

16. Nas Igrejas Católicas Orientais da Oceânia existem:

- Duas Eparquias de Rito Litúrgico Siríaco Oriental:
  - o Eparquia Siro-Malabar de São Tomé Apóstolo de Melbourne para os fiéis siro-malabares (13 paróquias, 82 000 católicos)
  - o São Tomé Apóstolo de Sydney para os Caldeus (7 paróquias, 70.000 católicos).
- Duas Eparquias do Rito Litúrgico Bizantino:
  - o São Miguel Arcanjo de Sydney para os católicos melquitas (13 paróquias, 52.000 católicos)
  - o S. Pedro e S. Paulo de Melbourne para os católicos ucranianos (10 paróquias, 7.046 católicos).
- Um rito siríaco ocidental: São Maron de Sydney para os Maronitas (14 paróquias, 161.370 católicos).

<sup>1</sup> Para além de serem membros do Sínodo Episcopal das suas respectivas Igrejas sui iuris, os Bispos Católicos Orientais são também membros da Conferência Episcopal Australiana.

<sup>2</sup> Em 2016, a Conferência dos Bispos Católicos Australianos publicou um documento sobre a presença e a realidade das Igrejas Católicas Orientais na Austrália e sobre a forma como a Igreja em geral pode se relacionar com elas - [https://www.catholic.org.au/images/pdf/2016\\_Eastern\\_Catholic\\_Churches\\_in\\_Australia.pdf](https://www.catholic.org.au/images/pdf/2016_Eastern_Catholic_Churches_in_Australia.pdf)

### **CONFERÊNCIA EPISCOPAL CATÓLICA DA NOVA ZELÂNDIA (NZCBC)**

17. Em Aotearoa, na Nova Zelândia, vivem quase meio milhão de pessoas de confissão católica, o que representa 10% da população total. A Igreja Católica é a maior denominação cristã e o maior grupo religioso. A Nova Zelândia é um país cada vez mais secular; no último Censo, realizado em 2018, quase metade de todas as pessoas na Nova Zelândia declararam não ter religião (48,6%), em comparação com 34,6% em 2006.

18. A população da Nova Zelândia é cada vez mais diversificada, com uma grande população migrante. Os maoris, a população indígena, representam 16,5% da população, a população asiática 15,1% e os povos do Pacífico 8,1%.

19. Existem seis dioceses na Nova Zelândia. A Arquidiocese de Wellington é a arquidiocese metropolitana. A Igreja Católica na Nova Zelândia é também constituída por muitas ordens religiosas católicas e organizações laicas, algumas das quais desenvolvem importantes actividades pastorais. A NZCBC abraçou a relação bicultural (Māori e Pakeha [não Māori]) no que respeita a mana [autoridade, poder espiritual, mandato] do povo da terra.

20. Dentro do território das dioceses da Nova Zelândia, há também comunidades paroquiais católicas orientais que estão sob os cuidados pastorais das Eparquias católicas orientais na Austrália.

### **CONFERÊNCIA EPISCOPAL CATÓLICA DA PAPUA-NOVA GUINÉ E ILHAS SALOMÃO (CBCPNGSI)**

21. A Papua-Nova Guiné (PNG) é um país insular situado no sudoeste do Oceano Pacífico. Abrange a metade oriental da Nova Guiné, a segunda maior ilha do mundo. É um país diversificado, com mais de 800 línguas e 640 ilhas. Atualmente, o espectro da sociedade da Papua-Nova Guiné vai desde a vida tradicional nas aldeias, dependente da subsistência e da pequena agricultura de rendimento, até à vida urbana moderna nas principais cidades.

22. Tem uma população total de 8,9 milhões de habitantes (Worldometer dos dados das Nações Unidas), dos quais 95,5% são cristãos. Os católicos representam 25,1% da população e são a maior igreja.

23. O país vizinho, as Ilhas Salomão (SI), tem uma população de 732 000 habitantes (Worldometer de dados das Nações Unidas) e 20% são católicos. Existem 63 línguas distintas no país, com numerosos dialectos locais. O inglês é a língua oficial, mas o pidgin das Salomão é a língua franca da maioria da população.

24. Existem 19 dioceses na Papua-Nova Guiné e três dioceses nas Ilhas Salomão. Ambos os países pertencem a uma Conferência Episcopal Católica da Papua Nova Guiné e das Ilhas Salomão (CBCPNGSI).

25. Tanto a PNG como a SI têm uma mistura de padres e religiosos expatriados e locais que trabalham em paróquias e noutros ministérios, como escolas e hospitais.

## Processo de discernimento em Oceania

26. Na primeira fase do Sínodo sobre a Sinodalidade, de 17 de outubro de 2021 a 15 de agosto de 2022, houve um convite aberto a todos os batizados para se empenharem num processo de discernimento orante, conversa espiritual, reflexão e escuta profunda, utilizando um Documento Preparatório e um *Vademecum* (Guia) preparados pelo Secretariado do Sínodo. Na Oceânia, cada uma das conferências episcopais, as Igrejas Católicas Orientais e muitos institutos religiosos, movimentos laicais e outros grupos e indivíduos contribuíram para o discernimento local. Cada conferência episcopal e as Igrejas Católicas Orientais prepararam uma resposta que reflectia o processo de discernimento e os resultados na sua jurisdição.

27. Das 114 conferências episcopais de todo o mundo, 112 apresentaram uma síntese nacional ao Secretariado do Sínodo até à data limite de 15 de agosto de 2022. Para além disso, foram recebidas mais de 1.000 respostas de institutos religiosos, movimentos laicais, outros grupos e indivíduos. Para discernir as questões contidas nessas respostas, cerca de 30 pessoas de diversas origens e especializações foram convidadas para um mosteiro em Frascati, nos arredores de Roma, de setembro a outubro de 2022, para duas semanas de oração, reflexão, discernimento e síntese. No final deste processo, o Conselho dos Ordinários, que governa o Secretariado do Sínodo, juntou-se ao grupo de Frascati para se familiarizar com o Documento de Trabalho para a Etapa Continental (DEC) e aprová-lo.

28. O lançamento do DEC em 27 de outubro de 2022 foi o início da segunda fase do Sínodo: a Fase Continental. Em preparação para esta fase, a FCBCO criou o Grupo de Trabalho para a Oceânia. Este Grupo de Trabalho trabalhou em conjunto com o Grupo de Trabalho da Assembleia de Suva para assegurar a integração dos dois processos de planeamento. O Grupo de Trabalho da Oceânia solicitou que a FCBCO criasse também um Grupo de Discernimento e Escrita (DWG) para recolher os frutos das respostas das cinco jurisdições e criar um projeto de apresentação para consideração episcopal na sua Assembleia agendada para o início de fevereiro de 2023. O GTD era composto por um leque diversificado de pessoas de todos os quadrantes eclesiais, geográficos, etários, sexuais e experienciais.

29. As quatro conferências episcopais e as Igrejas Católicas Orientais da Oceânia estavam bem preparadas, apesar de o período de discernimento coincidir com as férias de Natal e de verão no hemisfério sul. Além disso, a FCBCO estava a planear a sua assembleia regional há alguns anos, que tinha sido adiada devido à pandemia de COVID-19. A Assembleia foi reagendada para 5-10 de fevereiro de 2023, em Suva, Fiji, e a FCBCO concordou em incluir o discernimento sobre a sinodalidade como parte do seu programa, o que exigiu a apresentação de um projeto a tempo de ser analisado antes da Assembleia.

30. De finais de outubro a meados de dezembro de 2022, as conferências episcopais e as Igrejas Católicas Orientais levaram a cabo um processo de discernimento com representantes do Povo de Deus (com ênfase em alcançar aqueles que se encontram nas margens). O processo de oração permitiu aos participantes discernir o DEC através



da lente da sua experiência vivida da Igreja na Oceânia. Um processo de discernimento e síntese foi conduzido em cada jurisdição em meados de dezembro, e as respostas foram enviadas para o Grupo de Trabalho da Oceânia no final de dezembro.

31. À semelhança da abordagem adoptada para o desenvolvimento do DEC, o Grupo de Discernimento e Redação da Oceânia reuniu-se em regime de retiro para discernir, de forma autêntica e com espírito de oração, os temas comuns às cinco respostas da Austrália, Nova Zelândia, Pacífico, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão (PNG/SI) e Igrejas Católicas Orientais (ECC) e para identificar diferenças, lacunas e prioridades para consideração e finalização dos membros da FCBCO na sua Assembleia de Suva. Alguns membros do Grupo de Trabalho para a Oceânia participaram na Assembleia do FCBCO para apresentar o projeto e apoiar o processo de discernimento episcopal, que conduziu à reflexão pastoral dos bispos sobre o documento.

32. A submissão da Oceânia foi finalizada numa reunião online do Executivo da FCBCO e dos membros do Grupo de Discernimento e Escrita antes de enviar a submissão ao Secretariado do Sínodo até à data limite de 31 de março de 2023.

## Experiência de Sinodalidade

33. As respostas ao DEC foram, de um modo geral, positivas, relacionando a experiência das pessoas com a sinodalidade como a vontade de Deus para a Igreja no terceiro milénio. Houve, no entanto, algumas opiniões negativas, mas com razões bastante diferentes para essa negatividade.

34. Houve uma ressonância fundamental de que a sinodalidade se baseia no sacramento primário do Batismo, observando que “o Batismo não é um conceito abstrato, mas uma identidade. O processo sinodal está a encorajar e a ajudar esta experiência a um nível mais profundo e enriquecedor, com a ênfase na criação de um ambiente em que cada indivíduo batizado e as pessoas de bem se sintam em casa na Igreja. O caminho sinodal é uma forma de a Igreja chegar a todos e é uma forma de criar uma atmosfera acolhedora para todos os seus filhos” (PNG/SI, 2.2). A própria oportunidade de participar na resposta ao DEC foi vivida com gratidão: “Houve uma grande gratidão pelo processo [sinodal], pelo fato de se poder falar livremente e ser ouvido. Jovens e velhos, mulheres e homens, tão contentes por terem esta oportunidade - têm de ser ouvidos”. A participação de tantas pessoas foi comentada por muitos” (Nova Zelândia, 10).

35. A antiga visão e prática da Igreja como sinodal foi afirmada: “A sinodalidade tem sido uma grande parte do funcionamento das Igrejas Católicas Orientais desde há muito tempo. Há muito a aprender com a Igreja Católica Oriental sobre a sinodalidade” (ECC, 6). Outro elemento da experiência positiva do discernimento do DEC foi o fato de as pessoas se terem deparado com a natureza global da Igreja (para alguns, pela primeira vez); isso alargou a sua visão de “Igreja” e das muitas questões comuns na Igreja Universal.



36. Houve, no entanto, algumas reacções negativas em relação à sinodalidade. Para alguns, esta inquietação exprimiu-se em dúvidas de que os bispos considerassem de fatoos frutos do discernimento e, com isso, o receio de que o trabalho sinodal acabasse por não fazer qualquer diferença real. Para outros, havia a preocupação de que a sinodalidade prejudicasse a Igreja. Ambas as razões foram registadas no documento da Nova Zelândia: “Houve alguns receios e cautelas expressos durante o processo. As pessoas estão à espera de ver se as suas vozes foram ouvidas, ou se se perderão quando o processo chegar às Assembleias de Roma. Alguns estão ansiosos e até zangados com as pessoas que falam de mudança e vêem o processo sinodal como potencialmente ‘ferindo a Igreja’” (Nova Zelândia, 14).

37. A amplitude da experiência reflecte-se numa outra resposta: “Muitos participantes ficaram muito impressionados com os apelos globais a uma Igreja sinodal. Isto teve eco nas experiências locais, porque algumas dioceses e paróquias estão a crescer em sinodalidade, ouvindo diversas vozes, estando abertas a novas abordagens e incluindo um leque diversificado de pessoas na liderança e no ministério. Ao mesmo tempo, outras regiões permaneceram ‘viradas para dentro’, com um laicado e um clero passivos” (Austrália, 32).

38. No entanto, de um modo geral, todas as regiões da Oceânia consideraram que o DEC captava uma experiência verdadeiramente global de sinodalidade. Isto foi visto como uma direcção bem-vinda para a vida interior e a missão da Igreja no terceiro milénio: “O processo sinodal de discernimento orante, conversa espiritual, escuta profunda e respeito por cada pessoa e pelas suas opiniões é um processo poderoso. A maioria das pessoas vê a sinodalidade como a forma de avançar no seu próprio caminho espiritual, individual e coletivamente, e concorda com o DEC: “De facto, é a forma de ser Igreja. O Espírito Santo está a pedir-nos para sermos sinodais [DEC, 3]” (Nova Zelândia, 15). Este acolhimento positivo da sinodalidade é também captado no relatório de uma diocese do Pacífico: “Reflectindo sobre o Documento de Trabalho para a Etapa Continental, é evidente que a Igreja precisa de tomar uma decisão radical para criar um sentido de acolhimento e de inclusão entre os seus membros, mesmo entre os que não têm fé. O Sínodo pode ser o catalisador ... para promover a colegialidade, a unidade e a sinodalidade na nossa Igreja e na sociedade” (Pacífico).

## Frutos do Discernimento

### *Temas comuns, questões, Insights*

#### **A IMAGEM DA TENDA**

39. Nos países maiores da Oceânia, a imagem da tenda (Isaías 54,2) foi recebida com entusiasmo e alegria, considerando-a muito relevante para uma Igreja profundamente ferida pela crise dos abusos. “A tenda é um edifício muito mais humilde do que os grandes edifícios, como as catedrais, pelo que alargar o espaço na tenda é uma imagem muito boa para usar” (Austrália, 58).

40. A imagem da tenda não teve a mesma ressonância entre as Igrejas Católicas Orientais da Oceânia, uma vez que alguns dos seus membros foram “forçados por circunstâncias difíceis, incluindo guerra, perseguição e dificuldades económicas, a estabelecerem-se noutros países” (ECC, 2). Para alguns dos seus membros, as tendas estão associadas à impermanência, à falta de segurança e até a campos de refugiados, enquanto procuram segurança e permanência nas suas novas vidas nos países da Oceânia.

41. A tenda também não teve uma forte ressonância nos países do Pacífico da Oceânia. Para as pessoas que vivem em pequenas ilhas, a descrição do DEC da Igreja “como uma tenda, de fatocomo a tenda do encontro, que acompanhava o povo na sua viagem pelo deserto: chamada a estender-se, portanto, mas também a mover-se” não está de acordo com a sua experiência como *tagata o le moana*, povo do mar, que viajou ao longo da história em barcos à medida que se deslocava pela sua região (Pacífico).

42. É necessário ter o cuidado de garantir que a continuação da imagem da tenda não exclui as pessoas para quem a tenda tem pouca ressonância, ou para quem pode ser uma imagem indesejável devido às suas experiências de vida.

43. A descrição do DEC da tenda como uma imagem da Igreja significa que todos os baptizados estão dentro da tenda, quer sejam ou não participantes activos na comunidade da tenda. Pessoas como as que se encontram numa situação matrimonial irregular não podem participar em aspectos da vida sacramental da comunidade da tenda, mas não estão excluídas da tenda. Do mesmo modo, as pessoas que não participam nas missas dominicais não estão fora da tenda. Todos os baptizados estão na tenda, quer sejam ou não participantes activos na comunidade.

44. Há muitas razões para a não participação: “Muitos membros da Igreja, como os gays e as lésbicas, sentem que são estranhos e não fazem parte da Igreja. Os pobres, por não terem dinheiro para comprar roupas decentes, também são desprezados. Alguns sentem-se indesejados por não pertencerem ao grupo dominante da paróquia. As pessoas novas na Igreja sentem que não podem ajudar na Igreja, porque esta é dominada por famílias seleccionadas” (Pacific).

45. Em algumas partes da Oceânia, existe uma divisão muito visível entre pobres e ricos, entre grupos étnicos, entre migrantes e aqueles que consideram o país como seu, e entre pessoas de diferentes ilhas do mesmo país ou diocese. Estas questões sociais são vividas no seio da Igreja: “O fosso entre os pobres e os ricos é visível e ainda mais acentuado pelos padres que oferecem um tratamento especial aos ricos e bem vestidos. Diferentes raças competem pelo domínio nas paróquias, tornando quase impossível a participação das minorias raciais. A discriminação em razão do género parece ser uma luta persistente no seio da Igreja, em particular em relação à comunidade LGBTQIA+” (Pacific). Nas respostas, há preocupações sobre os “vigias” [gatekeepers] da Igreja que parecem excluir, abertamente ou de forma mais subtil, aqueles que consideram inaceitáveis.

46. A reflexão sobre a imagem da tenda fez com que nos concentrássemos mais nas barreiras à participação e à inclusão. Ao fazê-lo, expôs e nomeou a realidade da situação que a Igreja está a enfrentar globalmente: “O DEC relata uma verdade bastante inconveniente sobre a Igreja: os seus filhos estão divididos e dispersos, alguns estão perdidos e outros afastaram-se intencionalmente. Os muros parecem separar as pessoas, tornando mais difícil para todos viverem em verdadeira comunhão com Deus e com os outros” (Pacific).

## BAPTISMO E SACRAMENTOS

47. As respostas afirmaram que o Batismo é a fonte da identidade comum, que esta deve ser reconhecida como tal, e que o Batismo chama todos os membros da Igreja à comunhão, à participação e à missão. “As pessoas estão a adquirir uma apreciação mais profunda do sacramento [do Batismo], não apenas como o seu ponto de entrada na Igreja, mas como a base da sua participação no ministério e na missão” (Nova Zelândia, 36).

48. Algumas respostas também argumentaram que o apelo para que todos os batizados sejam reconhecidos ainda não foi realizado: “Há um anseio pela aceitação de que todos os batizados são chamados a uma participação plena, ativa e igual na Igreja” (Nova Zelândia, 38). “Um tema que ressoou em muitos foi o crescente reconhecimento da dignidade batismal de todos, bem como a compreensão de que a missão da Igreja de tornar Cristo presente era uma responsabilidade partilhada por todos os batizados; no entanto, uma maior formação para uma compreensão mais profunda desta realidade era fundamental para capacitar as pessoas” (Austrália, 34).

49. Os obstáculos à plena realização do nosso chamamento batismal foram reconhecidos nas respostas. Por exemplo, alguns argumentaram que é necessária uma maior participação dos leigos, especialmente das mulheres. A resposta da Nova Zelândia argumentou que o Concílio Vaticano II sublinhou o Batismo como a fonte da nossa comunhão e participação (Nova Zelândia, 36). No entanto, este fruto do Concílio Vaticano II não se concretizou porque a compreensão da “Igreja como Povo de Deus... foi minada por estruturas que não facilitaram este novo modelo” (Nova Zelândia, 37).

50. As respostas sublinharam a centralidade da Eucaristia na experiência da comunidade e do que significa ser Igreja. O CCE sublinhou o seu “amor comum pela liturgia - que está impregnada de beleza, riqueza e autenticidade (CCE, 10)”, na qual os participantes “experimentam o Senhor de uma forma mística e monástica” (CCE, 18). A resposta do Pacífico sublinhava que: “A liturgia, especialmente a Liturgia Eucarística, fonte e cume da vida cristã, que reúne a comunidade, tornando tangível a comunhão, permite a experiência da participação e alimenta o impulso para a missão com a Palavra e os Sacramentos” (Pacífico).

51. As respostas da Austrália e do Pacífico referiram que: “apelos a um estilo mais sinodal e participativo de celebração eucarística, liturgias que incluam outras culturas e sejam relevantes para os jovens, uma compreensão mais alargada do que significa ser eucarístico na sua essência e uma maior aproximação aos católicos que perderam

o apreço por estes rituais” (Austrália, 35; Pacífico).

52. Foi afirmado que as relações ecuménicas são afectadas pelo ensino da Igreja. Houve uma opinião de que “é preciso haver mais hospitalidade eucarística para com os membros de outras igrejas, em vez da linha exclusiva atualmente praticada” (Nova Zelândia, 70).

53. As respostas da Austrália e da Nova Zelândia registaram o desejo de alguns de que fosse utilizado o Terceiro Rito da Reconciliação (Austrália, 52; Nova Zelândia, 71). Algumas mulheres disseram que o Sacramento da Penitência coloca “um leigo numa posição inferior à do padre” (Nova Zelândia, 71).

54. A resposta da PNG/SI referiu que, embora houvesse apelos noutras partes do mundo a um maior reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo, “o casamento entre pessoas do mesmo sexo (DEC, 39) está a perturbar os católicos e aqueles que o consideram um pecado. A comunidade LGBTQ não é aceite pela tradição e pela sociedade da Papua-Nova Guiné” (PNG/SI, 3.2).

55. A Eucaristia e o matrimónio uniram-se em torno da questão da comunhão para os divorciados e recasados, particularmente na resposta da Nova Zelândia, que disse que “Embora *Amoris Laetitia* tenha aberto caminhos potenciais para os divorciados e recasados receberem a comunhão, estes são vistos como estreitos e difíceis” (Nova Zelândia, 69). A resposta australiana referiu-se à exclusão que os divorciados e recasados sentem (Austrália, 44;57) e à necessidade de maior compaixão.

56. Por último, os capelães leigos das prisões da Nova Zelândia observaram que, depois de terem acompanhado “algumas das nossas pessoas mais desfavorecidas numa viagem de fé que muda a sua vida, [têm] de se afastar quando os sacramentos são necessários” (Nova Zelândia, 85).

57. Os casamentos poligâmicos são uma realidade social em algumas partes da nossa região e precisam de atenção, ao passo que não é o caso noutras partes (PNG/SI, 4.3). As questões relacionadas com o casamento surgiram de várias formas ao longo das respostas. A resposta australiana reconheceu que havia uma lacuna no DEC: “a ausência de qualquer menção ao papel do casamento e da família, particularmente na transmissão da fé” (Austrália, 26).

58. Notou que “vários participantes pediram uma reavaliação da posição da Igreja sobre homens casados se tornarem padres, e sobre a exigência do celibato”. Também levantou preocupações sobre a “falta de compreensão do diaconato [permanente]” (Austrália, 49). Embora a questão da ordenação de mulheres tenha sido levantada na resposta australiana, a resposta da Nova Zelândia observou que “não houve nenhum pedido para a consideração da ordenação de mulheres como sacerdotes, embora um grupo tenha pedido a sua ordenação [de mulheres] como diáconos” (Nova Zelândia, 65).

## INCLUSÃO

59. Todas as respostas apoiaram os apelos para que a Igreja seja mais inclusiva, particularmente em relação àqueles cujas relações apresentam desafios à participação na Eucaristia. Desejavam também uma abordagem mais inclusiva em relação às pessoas com deficiência, aos migrantes e refugiados e a outras pessoas marginalizadas e negligenciadas, como os idosos, os doentes terminais, as crianças da rua, os órfãos, os criminosos, os toxicodependentes, as prostitutas, as viúvas e as vítimas de violação, abuso e violência doméstica. Havia também o desejo de acolher as pessoas com “pensamento diverso”, “católicos não praticantes e pessoas não batizadas” (Austrália, 44).

60. Foi dada especial ênfase à necessidade de inclusão dos pobres na região do Pacífico, onde a pobreza era vista como uma força discernível que dividia a Igreja: “Em muitos casos, os pobres são por vezes reduzidos a uma oportunidade de angariar fundos para acções sazonais e a uma oportunidade fotográfica para fazer a Igreja parecer bem” (Pacífico; PNG/SI, 2.4).

61. A falta de inclusão de pessoas com experiências diversas de sexualidade e género parece afetar a vida comunitária, mesmo em pequenas nações insulares: “A comunidade LGBTQ tem uma forte ressonância nas ilhas Marianas, uma realidade que não era evidente no passado” (Pacífico).

62. Contudo, tal como referido no parágrafo 54, as pessoas com experiências diversas de sexualidade e género “não são aceites pela tradição e pela sociedade da PNG” (PNG/SI, 3.2). No entanto, muitas respostas apelaram a uma maior inclusão das pessoas deste grupo, particularmente “para reconhecer e dar-lhes um espaço para o ministério, para a participação e envolvimento na vida da Igreja” (Pacífico).

63. Na Austrália, a inclusão dos povos das Primeiras Nações foi apontada como uma prioridade: “A nossa escuta tem de incluir a Declaração de Uluru, os nossos anciãos da Igreja [têm de] incluir as nossas Tias e Tios que cuidam do País” (Austrália, 46).

64. Na perspectiva das Igrejas Católicas Orientais, o apelo à inclusão significava criar um ambiente de hospitalidade e de acolhimento nas suas igrejas para convidar os católicos de outros ritos litúrgicos a experimentar a sua liturgia, teologia e disciplinas (CCE, 18) como expressões plenas e completas da fé católica. No entanto, este apelo à hospitalidade para incluir outros católicos na experiência das veneráveis tradições cristãs orientais significa também que os católicos orientais devem agarrar-se ao que é verdadeiramente seu e não assimilar rituais. As Igrejas Católicas Orientais têm o dever de mostrar que ser católico não significa que se tenha de ser latino.

65. Embora todas as respostas apelassem a que a Igreja se concentrasse na inclusão e representação dos grupos excluídos, houve apelos à “inclusão radical” por parte de alguns grupos, instando a Igreja a ser “corajosa, ousada e inovadora”, rejeitando a noção de ser “uma ‘porteira’, excluindo aqueles que Cristo acolheria na tenda” (Austrália, 28). No entanto, foram identificados desafios no apelo à proclamação de

um ensino autêntico (PNG/SI, 4.5), a par do apelo ao respeito pelos outros, a evitar julgamentos e a adotar uma abordagem compassiva e pastoral (Austrália, 44).

## **IGREJA E ENSINAMENTO**

66. Alguns participantes manifestaram a sua preocupação com o fatode “as regras e os regulamentos da Igreja estarem em contradição com a mensagem do Evangelho e de se dever dar mais importância ao ‘primado da consciência’ e ao apoio às pessoas, de uma forma compassiva e pastoral, para que desenvolvam uma relação mais madura com Deus” (Austrália, 54).

67. Houve também um “apelo para que a Igreja reformasse algumas áreas da sua teologia, ensino e dogma relacionados com a formação de seminaristas e a supervisão profissional, desenvolvimento e apoio dos padres”, enquanto que, para alguns participantes, a prioridade era “abordar de novo todo o conceito de sacerdócio na Igreja, incluindo o dos leigos” (Austrália, 75).

68. Embora tenha havido consenso sobre a necessidade de um papel reforçado para as mulheres na Igreja, a questão da ordenação de mulheres só foi explicitamente levantada numa apresentação, de modo que “agir sobre as desigualdades das mulheres exigiu a participação igual, justa e plena das mulheres na governação, missão e ministério da Igreja” e “reconhecer a sua admissibilidade a qualquer função, como diácono, sacerdote ou representante em conselhos de tomada de decisão” (Austrália, 60). A apresentação da Nova Zelândia observou que “não houve nenhum pedido para a consideração da ordenação de mulheres como sacerdotes, embora um grupo tenha pedido a sua ordenação como diáconos” (Nova Zelândia, 65).

69. Alguns aspectos do ensino da Igreja foram considerados “excludentes ou ofensivos” e entendidos como “fazendo com que as pessoas se afastem da Igreja ou impedindo-as de regressar”. Estes incluem o ensino sobre a sexualidade, a contraceção, a situação dos divorciados e recasados e a intercomunhão com outras denominações cristãs cujo batismo reconhecemos (Nova Zelândia, 117).

## **AUTORIDADE E DECISÃO- TOMADA DE DECISÕES**

70. Uma Igreja sinodal precisa de uma mudança cultural e estrutural na liderança da Igreja (Austrália, 61; Nova Zelândia, 79; PNG/SI, 4.1). A liderança numa Igreja sinodal deve ser repensada, para que os actuais problemas de poder e autoridade clericais não sejam simplesmente transferidos para os leigos que participam na tomada de decisões partilhadas. Para evitar esta armadilha, deve haver “formação de indivíduos como líderes dedicados à Palavra de Deus, que podem facilitar o diálogo, são treinados para ouvir e discernir, e são nomeados para servir em vez de assumir o poder sobre os outros” (Austrália, 62).

71. Nas respostas das conferências da Oceânia, houve muitos comentários de participantes que expressaram o seu amor pela fé e o seu desejo de continuar a pertencer. Estavam gratos pelos cuidados pastorais que recebiam do clero e estavam conscientes dos desafios que enfrentavam: “Estamos gratos por tudo o que a Igreja nos tem dado e pela forma como temos sido apoiados” (Austrália, 36).



72. Havia também profundas preocupações sobre a governação e a tomada de decisões na Igreja, a nível paroquial, diocesano, nacional e global. A ênfase renovada no Batismo no processo sinodal revelou “um profundo desejo de aceitação de que todos os baptizados são chamados e capazes de uma participação plena, ativa e igualitária na Igreja” (Nova Zelândia, 76). Houve a percepção de que o direito canónico cria um desequilíbrio de poder entre bispos, clérigos e leigos, o que poderia prejudicar a incorporação da sinodalidade como o caminho da Igreja no futuro (Nova Zelândia, 82).

73. A governação e a tomada de decisões partilhadas, envolvendo tanto leigos como clérigos, foram consideradas necessárias se quisermos ser uma Igreja verdadeiramente sinodal. As actuais estruturas de governação e o poder que dão aos bispos e aos padres são vistos como “um dos mecanismos que excluem as vozes dos leigos, e as vozes das mulheres em particular” (Nova Zelândia, 80).

74. O domínio da governação e da tomada de decisões pelos ordenados é visto por alguns como fomentando o clericalismo e impedindo os leigos de exercerem os seus dons. “O clericalismo separa o clero dos leigos e dá ao clero um papel superior sobre os leigos, limitando a plena participação dos leigos na tomada de decisões nas paróquias, dioceses e níveis superiores da hierarquia da Igreja” (PNG/SI, 2.5).

75. Alguns leigos manifestaram a sua frustração pelo fatode serem excluídos do processo de tomada de decisões, especialmente quando, muitas vezes, têm uma melhor compreensão das necessidades das pessoas. “A nossa atitude tem de passar de hierárquica a comunitária. Por exemplo, um padre pode ter um conhecimento teórico sobre a educação de uma família, mas são os pais que vivem esta vida” (Pacífico).

76. O clericalismo e os abusos despoletaram a desconfiança das pessoas em relação à hierarquia da Igreja. Uma maior abertura e responsabilidade permitiram que as pessoas “vissem a verdade sobre a Igreja, que os bispos, os padres, os religiosos e os trabalhadores leigos têm defeitos. No entanto, fazem tudo o que podem para fazer o bem e tornam-se trabalhadores responsáveis na vinha de Deus” (Pacífico).

77. O clericalismo não se limita aos ordenados, mas encontra-se também entre os leigos que apoiam e facilitam o exercício do poder pelo clero. Esse poder e esse “papel superior” que o padre assume é a antítese da liderança servidora que as pessoas anseiam e precisam dos seus padres: “A sua liderança servidora deve conduzir a um serviço humilde” (PNG/SI, 5.1). O povo conhece um bom pastor quando o tem: “O desejo do povo é testemunhar um verdadeiro pastor moldado no coração de Cristo” (Pacífico). Esse “papel superior” pode ser particularmente o caso das cerimónias tradicionais que se seguem à ordenação sacerdotal, em que o sacerdote recém-ordenado recebe um tratamento digno de um alto chefe (Pacífico).

78. Os efeitos do clericalismo são amplamente sentidos nas dioceses e paróquias: “O clericalismo no clero e nos leigos perpetua o abuso de poder e isola os grupos, dificulta os esforços de evangelização e impede o envolvimento dos jovens,



o desenvolvimento da liderança servil e a implementação das mudanças necessárias” (Austrália, 30).

79. Os desafios para o ministério relatados pelo clero e pelos religiosos incluem “dor e impotência” no rescaldo da crise dos abusos sexuais do clero, as crescentes exigências do seu tempo devido à pressão da escassez de sacerdotes e as experiências de “solidão, isolamento e esgotamento”, particularmente entre “os idosos, os que vivem em dioceses do interior e os que vêm do estrangeiro” (Austrália, 31).

80. Foi feito um apelo para que a liderança fosse mais participativa, com “um papel menos exclusivo atribuído aos bispos” (Nova Zelândia, 81). O processo de seleção dos bispos é considerado opaco (PNG/SI). “As pessoas querem saber como funciona o atual processo e querem garantir que a seleção é o produto de um verdadeiro discernimento que envolve um vasto leque de pessoas, clérigos e leigos. Há um desejo de um exame específico do historial de abusos de um potencial bispo e de uma análise atenta da sua atitude em relação aos abusos” (Nova Zelândia, 81).

81. Constatou-se que “as pessoas vêem o direito canónico, e não o ensinamento da Igreja, criar um desequilíbrio de poder entre bispos, clérigos e leigos que tem efeitos importantes em relação à autoridade e à governação nas paróquias e dioceses. As pessoas estão conscientes de que houve mudanças no direito canónico nos últimos anos e sabem que isso é possível” (Nova Zelândia, 82).

82. Na ausência de um sacerdote, os leigos demonstraram na Oceânia que podem assumir a responsabilidade tanto pelo ministério pastoral como pela governação da sua Igreja local. Por exemplo, “durante a crise de Bougainville (PNG), durante quase 10 anos as famílias e as comunidades cristãs de base mantiveram a fé viva na ausência de uma presença clerical efectiva” (PNG/SI, 2.12). Foi sublinhada a importância da Eucaristia nas comunidades cristãs de base e na vida familiar: “As Comunidades Eclesiais de Base podem capacitar e fortalecer as famílias através da presença sagrada de Jesus na Eucaristia” (PNG/SI, 5.4).

## **OS DESAFIOS DA MISSÃO**

83. Existem múltiplos desafios na Oceânia para “levar o reino de Deus a um mundo contemporâneo” (Austrália, 40). Uma das principais dificuldades é a falta de um entendimento consensual sobre o que é a missão e o vasto número de perspectivas sobre o seu significado: “A palavra ‘missão’ foi mencionada muitas vezes, mas, tal como nas partes anteriores do processo sinodal, não é claro o que significa ‘missão’ quando as pessoas falam dela. Para muitas pessoas, não parece ter uma forma concreta ou ativa. Há necessidade de uma compreensão partilhada, e há que trabalhar neste domínio” (Nova Zelândia, 104).

84. Foi dada uma forte ênfase à “missão” como responsabilidade de todos os baptizados: “O Sínodo Diocesano cria em cada um de nós uma atitude e um espírito orientados para a missão e para a missão. A missão já não é uma atividade monopolizada pelos clérigos e pelos religiosos, mas um caminho partilhado por todos os povos. Este caminho partilhado implica a partilha das fraquezas e das feridas dos

outros” (Pacífico). A Igreja era vista como “uma instituição orientada para a missão que o próprio Jesus Cristo concebeu” (Pacific).

85. A atividade missionária da Igreja era dificultada pela “discriminação com base no estado matrimonial/relacional, na situação financeira, nos costumes/tradições (género e idade) e no estado de deficiência” (Pacífico). A falta de formação na compreensão do chamamento batismal para evangelizar e proclamar o amor de Deus em unidade com os outros foi também um obstáculo à transição de uma “Igreja de manutenção” para uma “Igreja missionária”, estabelecendo comunidades que “se unem a toda a humanidade para caminharem juntas” (Austrália, 69).

86. A diversidade dos ritos litúrgicos e das culturas na Oceânia foi considerada importante para a nossa contribuição única para a missão da Igreja: “As Igrejas Católicas Orientais da Oceânia devem preservar a sua identidade e ser reconhecidas pela comunidade católica mais alargada como sendo mais do que simples comunidades étnicas, mas antes Igrejas *sui iuris* que, através da sua rica tradição espiritual, podem contribuir para a missão da Igreja” (ECC, 19).

87. A riqueza da experiência sinodal deve, em última análise, “levar-nos a experimentar a pessoa de Jesus na Igreja e a partilhar esta boa nova com os outros; leva-nos à missão; missão de evangelizar; de pregar a boa nova” (PNG/SI, 5.7).

### A CRISE ECOLÓGICA

88. A crise ecológica foi sublinhada como uma questão urgente para toda a região da Oceânia, para toda a humanidade e para a comunidade terrestre. “Se somos pessoas da Tenda, devemos compreender a importância da terra como a nossa casa comum, respeitando o solo, o mar e o ambiente em que montamos a Tenda” (Nova Zelândia, 93).

89. Das Ilhas do Estreito de Torres, na Austrália, às Ilhas Salomão, passando pelos pequenos Estados insulares da Micronésia e da Polinésia, a crise ecológica e a subida do nível do mar constituem uma ameaça existencial real e atual: “As ilhas do Pacífico são relativamente mais pequenas e está cientificamente provado que estão a ficar ainda mais pequenas devido à subida do nível das águas do oceano. As alterações climáticas, a força motriz que desencadeia tufões catastróficos, ondas de calor, secas e inundações, afectam diretamente as pessoas” (Pacífico). As comunidades das terras altas e do interior da nossa região são também diretamente afectadas por estes fenómenos.

90. As respostas da Nova Zelândia reconhecem que a ecologia integral e o cuidado com a criação “não é uma área em que falte o ensinamento da Igreja”, mas notam que “há necessidade de formação e testemunho profético, e de encorajamento para agir” (Nova Zelândia, 93). Os inquiridos australianos também transmitiram preocupações relativamente à responsabilidade da Igreja pela “gestão da criação”; no entanto, alguns “relataram o trabalho que está a ser realizado na sua comunidade específica” (Austrália, 50).

91. Como o Papa Francisco apresenta na *Laudato Si'*, a interligação da justiça ecológica, social e económica significa que “os maus tratos ao nosso planeta afectam desproporcionadamente os pobres” (Nova Zelândia, 92). O Povo de Deus na Oceânia quer ouvir o grito da terra e do oceano, da terra e dos cursos de água, bem como o grito dos pobres, e “colaborar com outros que partilham um objetivo comum” (Nova Zelândia, 95).

92. A crise ecológica deve ser entendida como um campo de missão no qual toda a Igreja, global e localmente, deve estar empenhada, dada a “luta urgente para preservar o nosso planeta e a sua vida, e para proporcionar justiça económica aos seus habitantes” (Nova Zelândia, 114). O fatode a “ameaça à vida humana colocada pelas alterações climáticas às nações insulares da região da Oceânia ter causado uma ansiedade significativa a alguns participantes” na Austrália é um sinal promissor de solidariedade e de uma compreensão renovada da missão (Austrália, 50).

### INCULTURAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

93. A Oceânia é extensa, mas as numerosas nações e culturas florescem na sua ligação à terra, ao oceano, às criaturas e às espiritualidades indígenas. Embora numerosos missionários católicos na região tenham partilhado o dom da sua fé, este fatotem por vezes prejudicado o contributo da cultura local para o Evangelho. Atualmente, a Igreja na Oceânia é simultaneamente encorajada e desafiada pela inculturação, uma vez que o cristianismo e as espiritualidades indígenas coexistem frequentemente na vida quotidiana das pessoas.

94. A inculturação da fé cristã tem um impacto positivo nas celebrações litúrgicas: “As diferenças culturais também estão fortemente ligadas entre as ilhas das Marianas e do Pacífico em geral. Isto é visível nas igrejas durante as celebrações eucarísticas. As cores, a música e a língua mudam livremente para celebrar o Senhor através de várias expressões de fé” (Pacific, 10). Outros na Austrália têm experiências semelhantes: “Alguns grupos descreveram experiências positivas e enriquecedoras da vida da Igreja e da paróquia, como o envolvimento multicultural” (Austrália, 36).

95. As perspectivas indígenas também são utilizadas para reavaliar e contextualizar o significado da Igreja. Por exemplo, uma visão do mundo Te Ao Māori poderia ver a Igreja como *tūrangawaewae*: um lugar para estar “onde nos sentimos ligados, capacitados e aceites” (Nova Zelândia, 18).

96. Há desafios quando as pessoas são incapazes de ver a compatibilidade das culturas tradicionais com o catolicismo: “Como pode a Igreja manter a sua reverência pelo sagrado e, ao mesmo tempo, torná-lo acessível aos fiéis? Na nossa cultura, os nossos locais sagrados são mantidos longe das pessoas para manter a sua sacralidade. Do mesmo modo, na Igreja, tentamos evitar que o sagrado seja profanado. A questão é como manter a sacralidade da Igreja e, ao mesmo tempo, torná-la acessível ao povo” (PNG/SI, 4.4).

97. As verdadeiras dificuldades surgem quando as formas específicas de ser dos indígenas contrastam fortemente com os ensinamentos da Igreja: “As crenças

culturais e as práticas tradicionais, como a feitiçaria e a poligamia, continuam a ser um grande desafio aos valores e ensinamentos cristãos. Por exemplo, os casamentos poligâmicos culturais ainda são praticados na Papua-Nova Guiné, embora a Igreja seja contra” (PNG/SI, 4.3). Em algumas partes da Oceânia, a Igreja também não tem um compromisso genuíno com os povos indígenas: “O papel da Igreja no reconhecimento e na reconciliação com os povos indígenas foi destacado. Em particular, foi destacada a necessidade de assegurar que fosse dada atenção às espiritualidades dos povos indígenas da Austrália e da Oceânia” (Austrália, 46).

98. De um modo geral, é importante sublinhar a importância da diversidade cultural para a vida da Igreja: “Temos de começar por sermos totalmente nós próprios. Só na nossa especificidade é que podemos dar qualquer tipo de contributo para a sociedade em geral. Só sendo o que somos é que conservamos uma razão de ser” (ECC, 16).

## MULHERES

99. O tema dos papéis e da participação das mulheres na Igreja ressoou fortemente em toda a Oceânia, embora as experiências das mulheres variassem em toda a região. O DEC foi elogiado por referir as preocupações globais sobre os papéis e as vocações das mulheres na Igreja, e muitos grupos na Austrália e na Nova Zelândia expressaram grande preocupação com a falta de participação das mulheres na liderança da Igreja e nas estruturas de governação, incluindo o tribunal diocesano de casamento (Nova Zelândia, 41-42). Uma preocupação minoritária foi expressa pelo fatode as mulheres continuarem a ser impedidas de aceder ao diaconato permanente e ao ministério ordenado. Embora muitas mulheres desempenhem funções de liderança e governação que não requerem ordenação, esta era uma questão significativa que afectava a vida da Igreja nestes países.

100. Outros grupos afirmaram que não tinham sentido falta de igualdade para as mulheres na Igreja. Um grupo de jovens leigas, por exemplo, via-se como iguais com um papel único na Igreja, enquanto um grupo de padres descreveu as suas experiências com mulheres presentes e influentes nos organismos e ministérios paroquiais (Nova Zelândia, 41). Do mesmo modo, a resposta da PNG/SI afirmava que as mulheres desempenham um “papel muito ativo na vida da Igreja” e que há uma mudança positiva crescente em termos de participação igualitária no trabalho da Igreja (PNG/SI, 2.6).

101. Algumas respostas mostraram-se preocupadas com o fatode as mulheres serem tratadas como “mão de obra barata” (DEC, 63) e duas respostas apelaram a que as mulheres fossem adequadamente remuneradas pelo seu trabalho (Austrália, 29; PNG/SI, 2.6). Outras questões identificadas nas respostas que afectam as mulheres na região incluem a violência doméstica e familiar, os abusos, a violência relacionada com a feitiçaria, o divórcio e os novos casamentos, o fatode as mulheres serem evitadas por crimes pelos quais os homens são perdoados, o fatode serem alienadas pelos ensinamentos da Igreja sobre a sexualidade e a misoginia e o sexismo, particularmente perpetrados pelo clero (Austrália, 47).

102. Muitas respostas reafirmaram o apelo para que as mulheres católicas sejam

valorizadas como membros iguais do Povo de Deus, afirmando que “a contínua exclusão das mulheres de aspectos da vida da Igreja era desempoderadora” (Austrália, 29). Houve um apelo para que se desse mais ênfase à “utilização dos dons e da experiência das mulheres no discernimento e na prestação de aconselhamento, orientação e desafio na tomada de decisões, para além das funções de gestão e paroquiais que muitas mulheres ocupam” (Nova Zelândia, 42), bem como à necessidade de uma maior escuta, particularmente das realidades e necessidades das mulheres pobres, marginalizadas e negligenciadas (Pacífico).

## OS JOVENS

103. A ausência de participação dos jovens na Igreja está presente em quase todas as respostas da Oceânia, que revelam uma grande angústia e uma profunda preocupação com o futuro: “Estamos apenas a uma geração de morrer. Basta uma geração para dizer NÃO. A Igreja é frágil. Os nossos jovens - Deus está nos seus corações, mas não se sentem atraídos pela Igreja... Têm os seus grupos de oração nos seus *whares* (casas)” (Nova Zelândia, 45-46). Também foi feita referência a jovens que são participantes muito empenhados nas suas comunidades de fé. “Independentemente dos desafios com que a nossa Igreja se confronta em tempos sem precedentes, ela continua a ser um lar, proporcionando força, calor e otimismo. Isto não seria possível sem os líderes e voluntários que estão constantemente prontos a servir” (ECC, 11).

104. Os nossos jovens batizados estão na tenda, mas muitos não participam na vida da comunidade da tenda. As razões apresentadas para este fatovariam. Alguns jovens sentem que estão dentro da tenda, mas são invisíveis e ignorados. Outros sentem-se incapazes de participar devido ao medo de serem julgados ou de não se integrarem (Nova Zelândia, 47). A sua paróquia local pode parecer ser “propriedade” de pessoas mais velhas, com o poder a ser exercido de formas que fazem com que os jovens sintam que não é um lugar para eles (Austrália, 37-38).

105. A resposta da PNG/SI falava de jovens que deixavam as suas comunidades paroquiais para se juntarem a outras igrejas (PNG/SI, 2.13), e de outros que “estavam a ser afastados dos programas espirituais e de fé pela forte atração das actividades seculares, dos meios de comunicação social e da tecnologia moderna, o que está a causar distração nos programas tradicionais de formação de jovens nos BCCs, paróquias e dioceses” (PNG/SI, 4.7).

106. Os jovens reconhecem a urgência da crise ecológica, que é de grande interesse e preocupação para eles, mas não vêem essa urgência ser reconhecida na sua Igreja local. Muitos também se debatem com aspectos do ensino da Igreja sobre a sexualidade: “As questões LBGTQIA+ são também de grande interesse para os jovens, que têm de as resolver a nível pessoal e entre os seus amigos. As respostas indicaram que os ensinamentos da Igreja sobre este e outros aspectos da sexualidade são uma barreira importante para muitos jovens manterem a sua ligação à Igreja” (Nova Zelândia, 49).

107. Há muito poucas ideias sobre como responder a esta verdadeira crise para a

Igreja. No entanto, uma diocese do Pacífico encontrou uma forma de se envolver com os jovens marginalizados: “Alguns jovens, marginalizados, excluídos e alguns dos que não estão em situação regular com a Igreja são acolhidos nos coros, nos grupos de oração e na catequese como assistentes de catequistas. Atualmente, os jovens são mais escutados porque há mais grupos de jovens nas paróquias” (Pacífico). Outras sugestões incluíam o acompanhamento e a formação para a liderança, utilizando “plataformas que lhes permitissem utilizar as suas capacidades e paixões” (Austrália, 76).

108. Em contraste com os que acham que a Igreja precisa de se “modernizar” para se manter relevante (Austrália, 38), alguns jovens procuram uma proclamação mais forte da fé da Igreja. Acreditam que é necessária uma conversão pessoal e não uma mudança institucional (Nova Zelândia, 55). Na resposta das Igrejas Católicas Orientais, uma jovem descreveu o seu percurso de fé e o apoio que recebeu em todas as fases para partilhar os seus dons e permanecer fiel e empenhada na sua comunidade eclesial (ECC, 11). Noutras respostas, alguns jovens descreveram sentir-se perseguidos e sozinhos, ao mesmo tempo que promoviam fortes valores baseados na fé (ECC, 13; Austrália, 38).

109. Alguns jovens manifestaram a sua preocupação pelo fato de se sentirem excluídos pela linguagem do DEC: “O DEC é em grande parte inacessível aos jovens, em termos de linguagem, de processo e de aplicação prática. Novos termos como ‘partilha dialógica’, ‘convívio fraterno’ e a Eucaristia como ‘tensão geradora’ não são acessíveis aos jovens” (Nova Zelândia, 47).

110. Embora exista uma profunda preocupação com a perda dos jovens enquanto indivíduos, o seu afastamento da Igreja em termos numéricos é também visto como um impedimento à incorporação da sinodalidade como caminho da Igreja: “Como é que transmitimos a sinodalidade aos jovens, como o futuro da Igreja, quando há tão poucos jovens na Igreja de hoje?” (Austrália, 48).

111. Foi lançado um apelo para que se investigasse “a forma como as necessidades de fé dos jovens poderiam ser satisfeitas e como os jovens poderiam ser melhor formados e dispor de plataformas que lhes permitissem utilizar as suas capacidades e paixões” (Austrália, 76).

## FORMAÇÃO

112. Há pedidos de formação de vários tipos em toda a região. A formação dos seminaristas e dos sacerdotes recebeu uma atenção especial, com a observação de que ela deve ser holística: “espiritualmente, socialmente, psicologicamente, mentalmente, emocionalmente e economicamente” (PNG/SI, 5.1). Em algumas dioceses, as mulheres já trabalham neste domínio (Austrália, 66; Nova Zelândia, 102). A formação para o matrimónio e a vida familiar é também uma necessidade fundamental (ECC, 18; Austrália, 77; PNG/SI, 5.3). Os educadores católicos precisam de uma formação “mais adequada” (Austrália, 77). A formação dos jovens é essencial, mas difícil de conseguir (Austrália, 76; Nova Zelândia, 44). Precisamos também de dar formação para responder ao apelo do Papa Francisco ao discipulado missionário.



113. Não é claro se “formação” significa a mesma coisa em todos os documentos. A formação, num sentido geral, implica moldar a forma como as pessoas respondem ao mundo que as rodeia. Por vezes, a palavra “formação” refere-se a treino (PNG/SI, 5.1) e, outras vezes, ao desenvolvimento da fé pessoal (Austrália, 77). Embora tenha sido expresso o desejo de que a Doutrina Social da Igreja seja a base para a formação em toda a Igreja (Austrália, 65), a formação é possível e talvez também desejável noutras áreas e funciona melhor quando responde a uma necessidade identificada à luz da Escritura e do ensino da Igreja.

114. À medida que a nossa Igreja se torna mais sinodal, é necessária uma formação permanente para todos (Nova Zelândia, 100). Uma Igreja sinodal precisará de participantes formados na escuta e no diálogo (Austrália, 62). Além disso, a liderança na Igreja exigirá um modo diferente de formação, para que haja “liderança servidora a todos os níveis” (PNG/SI, 5.1).

## Tensões e Diferenças

115. Como já foi referido, a região da Oceânia inclui tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento, pelo que existem diferentes questões pastorais que devem ser abordadas com carácter de urgência.

116. Uma “tensão” é uma área de pontos de vista divergentes que necessita de mais discernimento ou atenção. As secções anteriores já identificaram algumas tensões. São elas:

- a) Atitudes diferentes em relação às pessoas com experiências diversas de sexualidade e género na região.
- b) O papel das mulheres na Igreja.
- c) Algumas vozes nas respostas apelam à mudança no ensino da Igreja, de acordo com um ciclo de “morrer e ressuscitar” (Nova Zelândia, 52-56). Outros afirmam a necessidade de manter o ensino e dar formação no ensino imutável da Igreja do presente (ECC, 18).

117. Em algumas zonas da região, as feridas dos abusos sexuais no seio da Igreja não são tão evidentes: “O escândalo dos abusos sexuais por parte do clero e dos abusos de menores (...) é uma questão cada vez mais preocupante. Embora haja alguns abusos, os escândalos ainda não afectam muito a fé das pessoas” (PNG/SI, 3.1). Noutras áreas, o escândalo é claro e público. A ferida que continua a afetar toda a Igreja, não só as vítimas e os sobreviventes de abusos, mas também as suas famílias, as comunidades paroquiais e outros clérigos, precisa de uma atenção dirigida para uma cura contínua.

118. Há uma tensão na compreensão da questão da inculturação, em que uma Igreja local adopta costumes e expressões culturais locais. Alguns consideram as tradições da Igreja universal como uma espécie de imposição à cultura local, e mesmo uma forma de colonialismo. Outros consideram que Deus está presente em todas as culturas, pelo que cada cultura já exprime as verdades cristãs. Outra opinião é que



os cristãos não podem adotar e adaptar algumas práticas culturais pré-cristãs. Por exemplo, quando um padre assume o simbolismo do chefe de uma aldeia, o padre torna-se um símbolo de poder e não de serviço (Pacífico).

119. Muitos participantes levantaram questões sobre os ensinamentos da Igreja, ou sobre a aplicação desses ensinamentos. Embora houvesse o desejo de permanecer fiel aos ensinamentos da Igreja, havia também o desejo de abraçar o ciclo pascal de “morrer e ressuscitar” (Nova Zelândia, 51).

120. Alguns participantes disseram que, embora a Igreja possa parecer estar a morrer, “estamos destinados a morrer e a ressuscitar. Este é o ciclo da vida de Cristo em nós. Algumas coisas são levadas à morte para que outras possam ressuscitar. Precisamos de nos deixar ir e ir com a morte e a ressurreição. É isso que este momento nos está a pedir” (Nova Zelândia, 52). Para outros, a Igreja é vista como “um rochedo imutável num mar de mudanças sociais” e a “reafirmação do seu ensinamento e a continuação da catequese” são a “resposta necessária a esta mudança” (Nova Zelândia, 55).

121. Entretanto, as Igrejas Católicas Orientais sugerem que “a nossa posição sobre os ensinamentos católicos não deve ser comprometida por potenciais forças externas que exigem uma mudança na Igreja para a sua agenda, em vez de aceitarem a verdade, o amor e a beleza que a Igreja oferece a todas as pessoas” (ECC, 18).

## Lacunas e omissões no DEC

122. Na experiência vivida na Oceânia, as seguintes áreas foram identificadas como lacunas, ou questões inadequadamente tratadas, no DEC:

- a) A crise ecológica, incluindo a ameaça da subida dos mares e a degradação ambiental e marinha na Oceânia, também sentida noutras partes do mundo, deve ser amplificada no *Instrumentum Laboris*. Esta crise inclui a perda de identidade cultural, o stress psicológico e, para alguns, um sentimento de desespero.
- b) A vida religiosa, incluindo o contributo de homens e mulheres religiosos e o exemplo de espiritualidade relevante, boa governação e liderança partilhada em muitos dos institutos religiosos, merece uma reflexão mais aprofundada.
- c) Seria útil um maior reconhecimento da vocação do matrimónio e do papel das famílias na formação da fé (Austrália, 26).
- d) No DEC, a ausência de homens leigos nos programas sacramentais e na tomada de decisões não é explorada adequadamente.
- e) Os efeitos actuais da crise dos abusos sexuais não têm recebido a devida atenção no DEC. Durante a vida da viagem sinodal lançada pelo Papa Francisco em abril de 2021, houve mais revelações prejudiciais de má gestão de casos de abuso sexual dentro da Igreja. Este fatotem de ser reconhecido, juntamente com uma reflexão sobre se as estruturas existentes na Igreja impedem ou

permitem uma salvaguarda adequada, uma boa governação e uma reparação justa. Em algumas partes da Oceânia e de forma mais ampla, isto incluiria também um reconhecimento positivo dos esforços das igrejas locais para melhorar as normas profissionais e a proteção.

f) As questões relacionadas com o início e o fim da vida, como o aborto e a eutanásia, necessitam de uma maior atenção do que a que lhes é dada no DEC.

g) As crescentes restrições à liberdade religiosa são uma preocupação que não tem sido adequadamente abordada no DEC.

## **VOZES NÃO OUVIDAS OU SUB-REPRESENTADAS NA CONSULTA DA OCEÂNIA**

123. Muitas vozes não puderam ser ouvidas diretamente por razões como o afastamento e a falta de acesso às tecnologias da informação e da comunicação, ou devido a deficiências ou diferenças linguísticas. Assim, a “defesa” esteve implícita nas cinco respostas - defesa de diversos grupos de pessoas na Igreja ou na sociedade em geral que não podiam fazer parte diretamente de um processo sinodal de escuta, diálogo, discernimento e tomada de decisões. Por exemplo: “A situação dos pobres e das pessoas marginalizadas, deficientes, idosos, crianças de rua, órfãos, criminosos, prostitutas, viúvas, divorciados, vítimas de abusos, vítimas de violência relacionada com feitiçaria e refugiados é uma grande preocupação para a Igreja” (PNG/SI, 2.4).

124. A diminuição do número de jovens na Igreja foi lamentada nos documentos. As suas vozes não foram suficientemente ouvidas no processo sinodal.

125. Outra questão problemática que foi levantada foi a questão da inacessibilidade para muitos países da Oceânia. Isto está relacionado, em primeiro lugar, com o isolamento geográfico de muitas comunidades eclesiais, seja devido ao terreno montanhoso, à distância entre as ilhas ou à falta de estradas. Além disso, muitas zonas não dispõem de infra-estruturas tecnológicas que facilitem o acesso à Internet e à comunicação em linha. Todos estes factores impediram as respostas das pessoas destas regiões.

126. Por várias razões, a CEPAC não pôde apresentar um documento de síntese.

127. Outras vozes que foram identificadas como ausentes ou inadequadamente representadas em todos os países da região foram: a voz dos papuas ocidentais; a representação adequada dos migrantes; a voz dos afectados pelo “neocolonialismo” (os trabalhadores das empresas multinacionais de extração), a voz dos que ainda são afectados pelo “velho colonialismo” e pelo papel da Igreja no colonialismo; os leigos; os membros de outras igrejas cristãs; movimentos religiosos; e vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos, escravatura, exploração e outros abusos.

128. Notou-se também que faltavam as vozes dos bispos de algumas partes da região, não só para ouvir as suas perspectivas sobre o estilo de liderança sinodal, mas também sobre o isolamento e outros desafios que experimentam no seu ministério pastoral.

## Prioridades e apelos à ação

129. Muitos temas, questões e percepções surgiram como frutos do processo de discernimento na Oceânia, e os 11 temas-chave delineados nas seções anteriores deste documento. Estas são as prioridades que emergiram das cinco sínteses que o Povo de Deus na Oceânia considera apropriadas para consideração na Primeira Sessão da Assembleia Sinodal em outubro de 2023. Ao fazê-lo, concentrámo-nos nos assuntos que são mais apropriadamente considerados pela Igreja Universal (como o ensino da Igreja) e deixámos outros assuntos para consideração ao nível continental, da conferência episcopal ou da Igreja local. Outros temas importantes, como a relevância da metáfora da tenda, a centralidade do batismo como nossa identidade e a formação dos batizados para compreenderem o seu chamamento à missão, podem ser úteis na redação do *Instrumentum Laboris*.

### MISSÃO

130. A missão foi identificada como uma prioridade-chave em cada uma das respostas, com um forte sentimento de que a missão que Cristo confiou à Igreja está verdadeiramente ligada à inclusão de todos os batizados. Seguem-se as questões a considerar pela Assembleia Sinodal:

- a) Formas de envolver mais eficazmente todo o Povo de Deus no seu convite batismal para participar na missão de Deus (Pacífico).
- b) Fazer a transição de uma Igreja “de manutenção” para uma Igreja “centrada na missão” (Austrália, 69).
- c) Convidando e encorajando todos os católicos “a aceitarem o seu chamamento batismal para evangelizar e proclamar o amor de Deus em unidade com os outros” (Austrália, 69).
- d) Na ausência de sacerdotes, validar e reforçar o ministério pastoral leigo nas prisões e nos hospitais para garantir que as pessoas recebam o ministério de cura de Jesus (Nova Zelândia, 116).
- e) Reconhecer as Igrejas Católicas Orientais da Oceânia como “Igrejas *Sui iuris* [autónomas] que, através da sua rica tradição espiritual, podem contribuir para a missão da Igreja” (ECC, 19).

### CRISE ECOLÓGICA

131. Como um mar de ilhas grandes e pequenas, a Oceânia é afetada de forma única pelas consequências devastadoras da crise ecológica - desde a subida do nível do mar, que ameaça a própria existência das comunidades insulares, até aos ciclones catastróficos, inundações, incêndios e secas e a consequente perda de vidas humanas e de biodiversidade. Embora reconhecendo que o DEC fez referência à emergência climática, **a Assembleia Sinodal deve considerar esta questão como um problema existencial global urgente:**

- a) Ser solidário com as comunidades gravemente afectadas pela crise ecológica, tendo em conta o impacto diferencial sobre os pobres e vulneráveis.
- b) Promover a ecologia integral da *Laudato Si* como fundamental para cuidarmos da terra e dos oceanos e exortar as igrejas e ministérios locais a implementarem planos de ação.

- c) Considerar a crise ecológica **como um campo de missão em que toda a Igreja, global e localmente, deve estar empenhada** na “luta urgente para preservar o nosso planeta e a sua vida, e para proporcionar justiça económica aos seus habitantes” (Nova Zelândia, 114).

## O ENSINAMENTO DA IGREJA

132. Foram levantadas questões sobre os ensinamentos da Igreja, ou a aplicação dos ensinamentos da Igreja, nas respostas da Oceânia. Existem diferenças na região quanto à necessidade de mudança no ensinamento da Igreja em algumas áreas e quanto ao fatode o ensino da Igreja poder mudar ou desenvolver-se. Estas questões, a seguir enumeradas, têm de ser abordadas para bem da nossa unidade na diversidade.

- a) Os aspectos do ensinamento da Igreja que são vistos como “excludentes ou ofensivos” ou entendidos como “causa de que as pessoas se afastem da Igreja ou as impeçam de regressar” (Nova Zelândia, 117). Estes incluem o ensinamento sobre sexualidade, relações sexuais diversas, contraceção, a situação dos divorciados e recasados, a intercomunhão com outras denominações cristãs cujo batismo reconhecemos, o celibato sacerdotal e a restrição da ordenação a homens.
- b) Melhoria da comunicação do Magistério, em linguagem e modalidades acessíveis ao Povo de Deus.
- c) Reformas litúrgicas para implementar os ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre a inculturação e refletir a teologia contemporânea, tais como “uma melhor tradução do Missal, linguagem inclusiva, leigos a fazer homilias, flexibilidade em diferentes contextos ... Em geral, foi acordado que a liturgia deveria sempre permitir uma participação ativa e ser inclusiva e aberta a todos” (Austrália, 68).
- d) Normas litúrgicas que permitem e facilitam as abordagens culturais locais ao culto (Pacífico).

## TORNAR-SE MAIS SINODAL

133. A maioria dos inquiridos valorizou a experiência da sinodalidade e expressou o desejo de que a Igreja se tornasse mais sinodal. Isto foi considerado uma prioridade em cada uma das respostas. A Assembleia Sinodal deve considerar formas de incorporar a sinodalidade na vida e no ensino da Igreja:

- a) Utilizar processos de discernimento na tomada de decisões da Igreja, o que exige que “aqueles que ocupam posições de liderança ouçam o Espírito Santo e tentem procurar a vontade de Deus nos assuntos da Igreja” (Pacífico).
- b) “Desenvolver mais recursos para o discernimento e a sinodalidade na vida ordinária da Igreja” (Nova Zelândia, 113).
- c) Mudar as atitudes e as práticas no seio da Igreja para se tornar mais comunitária (Pacífico).
- d) Transformar a cultura da liderança da Igreja para enfatizar “a importância da responsabilidade, transparência e abertura a todos os níveis da Igreja, para as paróquias, dioceses e agências da Igreja e para os próprios bispos” (Austrália,

61).

- e) Incorporar “a sinodalidade como ‘modo de ser Igreja’ a todos os níveis” (Nova Zelândia, 113), identificando “os organismos da Igreja a todos os níveis que são sinodais por natureza” (Nova Zelândia, 113), e “estabelecendo fóruns a todos os níveis da Igreja” onde eles faltam (Austrália, 61), a fim de promover “a subsidiariedade dentro da Igreja” (Austrália, 61).

## **AUTORIDADE E DECISÃO- TOMADA DE DECISÕES**

134. O discernimento na Oceânia revelou uma opinião comum de que uma Igreja sinodal precisa de uma mudança cultural e estrutural na liderança da Igreja, incluindo a governação e a tomada de decisões partilhadas, envolvendo tanto leigos como clérigos, para reduzir a possibilidade de uma cultura de clericalismo e permitir que os leigos contribuam com os seus dons.

A Assembleia Sinodal deve considerar:

- a) Formas de incorporar uma cultura de liderança servil para os que ocupam posições de liderança - clérigos, religiosos e leigos.
- b) Alterações às actuais estruturas de governação para permitir uma governação e tomada de decisões partilhadas, envolvendo tanto leigos como clérigos.
- c) Os domínios do direito canónico que não permitem a participação de mulheres e homens leigos em formas adequadas de tomada de decisões, sem derrogar a autoridade episcopal.
- d) Eliminar as disposições que restringem certas funções diocesanas e de tribunal aos clérigos para permitir que leigos qualificados assumam essas funções (Nova Zelândia, 116).
- e) Como as iniciativas para melhorar a transparência e a responsabilidade no Vaticano podem ser modeladas nas igrejas locais.
- f) Investigar “vias para que pessoas de diversas origens recebam formação em funções de governação, tais como conselhos pastorais ou outras áreas de governação” (Austrália, 67).

## **OS JOVEM**

135. O discernimento em toda a Oceânia revelou uma preocupação comum relativamente à desconexão e ausência de muitos jovens na vida da Igreja e um desejo de que a Assembleia lhes dê prioridade:

- a) Escutar e “investigar a forma como as necessidades religiosas dos jovens podem ser satisfeitas e como os jovens podem ser melhor formados e dispor de plataformas que lhes permitam utilizar as suas competências e paixões” (Austrália, 76), incluindo documentos numa língua que possam compreender (Nova Zelândia, 47).
- b) Acompanhar os jovens no discernimento dos dons e talentos “que podem oferecer para o crescimento da Igreja” (Pacífico).
- c) Uma maior atenção à “união da família, da paróquia e da escola para trabalhar em conjunto” para enriquecer a catolicidade nas escolas católicas (ECC, 20).
- d) Mais actividades pastorais e programas de formação da fé que atendam às perspectivas únicas dos rapazes e dos homens jovens (PNG/SI, 5.6).

## MULHERES

136. O papel e o lugar das mulheres na Igreja eram uma preocupação uniforme na Oceânia. A Assembleia Sinodal deveria considerar a experiência das mulheres na Igreja:

- a) Ouvir diretamente as mulheres sobre todos os assuntos em consideração durante as Assembleias Sinodais.
- b) Assegurar que o espírito de sinodalidade continue a levar a Igreja a ouvir as mulheres que não se sentem suficientemente reconhecidas na Igreja (Pacífico).
- c) Alterar a percepção das mulheres na Igreja como sendo homogêneas nas suas opiniões, a forma como as influências culturais as afectam a nível local ou o seu modo de vida (Nova Zelândia, 118).
- d) Participação plena e justa das mulheres na governação, tomada de decisões, missão e ministério da Igreja (Austrália, 60; Nova Zelândia, 118).
- e) Uma remuneração justa para as mulheres leigas que trabalham na Igreja e “as religiosas, especialmente no domínio pastoral” (PNG/SI, 2.6).
- f) Um maior envolvimento das mulheres na formação dos seminaristas e dos sacerdotes (Nova Zelândia, 118).

## FORMAÇÃO

137. Nas cinco respostas da região, a formação foi considerada essencial. Uma vez que esta foi considerada uma prioridade, a Assembleia Sinodal deveria considerar:

- a) Criar um quadro de formação para todos os baptizados que os ajude a participar numa Igreja sinodal e a serem discípulos missionários corajosos.
- b) Assegurar que a formação identifique as necessidades à luz da Escritura e do ensino da Igreja, inclua a Doutrina Social da Igreja e aborde a realidade da vida das pessoas.
- c) Dar prioridade aos meios de formação para a conversão ecológica e aos meios específicos para a formação dos jovens na fé.
- d) Assegurar que seja dada uma ênfase adequada à formação dos catequistas e outros responsáveis leigos.

## Conclusão

138. A experiência da sinodalidade tornou-se para muitas pessoas uma nova experiência de Igreja. Durante o processo, as pessoas reconheceram a presença do Espírito Santo ao escutarem-se umas às outras, na alegria e liberdade que experimentaram e na base comum que encontraram. Aqueles que reflectiram sobre o DEC consideraram admirável o aparecimento de temas claros em todo o mundo - evidência do Espírito Santo a trabalhar na Igreja. “A experiência com o DEC deu a muitas pessoas uma perspectiva global da Igreja que não tinham antes, o que induziu um sentimento de admiração pela diversidade e amplitude da Igreja a que pertencemos” (Nova Zelândia, 13).

139. Enquanto o *Instrumentum Laboris* é preparado para a Assembleia Sinodal,



constatamos que as muitas pessoas que participaram já foram transformadas por este processo. Houve um derramamento dos corações das pessoas que criou novos laços e reforçou a compreensão das pessoas da sua identidade comum como membros da Igreja de Cristo. Muitos leigos têm agora um conhecimento mais profundo do seu Batismo e do que ele significa, e um forte desejo de agir de acordo com esse novo conhecimento.

140. As pessoas estão a aguardar com interesse a próxima fase do processo global. Há uma grande esperança de que a Primeira Assembleia Sinodal, em outubro de 2023, esteja alinhada com o processo sinodal, centrada em Cristo e guiada pelo Espírito, centrada no chamamento que Deus nos faz neste momento da história da Igreja. Para ser verdadeiramente sinodal, os participantes leigos e religiosos têm de refletir a diversidade do Povo de Deus.

141. Sempre houve “peritos” e “auditores” nas Assembleias do Sínodo dos Bispos no passado. Convidamos o Secretariado do Sínodo a discernir cuidadosamente como essas pessoas são escolhidas para esta Assembleia e recomendamos que seja adotado um processo transparente. Os “peritos” devem ter conhecimentos especializados em áreas como a pastoral, o trabalho missionário e a sinodalidade, juntamente com a teologia, a eclesiologia e o direito canónico. Os “auditores” deveriam incluir pessoas como os migrantes, os pobres, os padres e os religiosos que trabalham entre os marginalizados e os sobreviventes de abusos. Quer se mantenham os papéis tradicionais de “peritos” e “auditores”, quer se adopte uma estrutura modificada, as mulheres, os leigos, os jovens e os indígenas devem participar com os bispos na Assembleia, e alguns deles devem ser da Oceânia.

142. O título do Documento de Trabalho para a Etapa Continental é *Alarga o espaço da tua tenda*. O Povo de Deus precisa que a Assembleia atenda a esse chamado enquanto continuamos a jornada sinodal.

### **Reflexão Pastoral dos Bispos da Oceânia Reunidos na Assembleia da FCBCO, sobre a Resposta da Oceânia ao DEC**

143. Ao analisarmos este documento da Oceânia, tivemos a sensação de uma confiança muito real na presença de Cristo na Igreja e de que Ele está a fazer avançar a Igreja. O documento capta as esperanças e preocupações do nosso povo, o que pode dar a impressão de que a Igreja está em desordem. No entanto, é precisamente nos lugares e nos momentos de dor e sofrimento que Cristo se revela. Esta confiança e fé na Sua presença pode guiar-nos na nossa resposta. Procuramos a orientação do Espírito Santo enquanto prosseguimos a nossa viagem sinodal.

144. Confiamos no processo e nas pessoas que nomeámos, que recolheram bem as respostas do Povo de Deus às questões colocadas no Documento para a Etapa Continental do Sínodo. Acreditamos que este documento é uma representação justa da realidade do Povo de Deus que participou neste processo sinodal. No entanto, reconhecemos que este documento não é um recenseamento de todos os católicos da Oceânia, mas uma expressão dos pontos de vista das pessoas que responderam ao convite para discernir sobre o DEC. Reconhecendo a participação



limitada devido a pressões de tempo, esperamos uma participação mais alargada à medida que o processo sinodal se desenrola.

145. Notámos nas respostas das pessoas um desejo de aplicações práticas da sinodalidade no momento presente. No entanto, também nos apercebemos de que, embora sejamos uma Igreja sinodal, dar expressão prática à sinodalidade levará tempo. Será um longo caminho, tanto na Oceânia como na Igreja Universal. Este documento não é um documento catequético ou magisterial. É mais como um cartão postal neste ponto da nossa caminhada, mostrando onde estamos agora.

146. Não queremos construir uma Igreja diferente, mas sim renovar e revitalizar a Igreja que amamos. Esta renovação e revitalização começarão com a conversão pessoal e encontrarão também expressão comunitária e estrutural. Uma Igreja renovada e sinodal procura não deixar ninguém para trás. Numa Igreja assim, caminharemos juntos, amando-nos uns aos outros.

147. Reflectindo sobre as respostas das pessoas, ficámos satisfeitos por ver que elas apreciam que o seu Batismo é fundamental e que recebe grande atenção neste documento. No entanto, notámos que a Eucaristia tem menos destaque.

148. Para os católicos, a Eucaristia é central. Através do Batismo, entramos na comunidade eucarística reunida na Mesa do Senhor. Com Cristo, nós, como povo, somos convidados a morrer para nós próprios e a ressuscitar com Cristo, participando no seu sacrifício de esvaziamento e doação. O Senhor Jesus dá-nos a Si próprio como alimento para a viagem até participarmos no banquete do céu. Ele dá-nos sacerdotes, a quem chama a ter um coração de pastor para cuidar do seu povo, proclamar a Palavra de Deus, celebrar a Eucaristia com e para eles, e assim alimentar a Igreja enquanto ela se esforça por cumprir a sua missão para a vida do mundo. Do mesmo modo, o Sacramento da Penitência reúne o pecador com a comunidade eucarística.

149. Nem todos os bispos consideraram todas as partes do documento totalmente convincentes ou completas, e alguns tinham dúvidas e preocupações quanto ao rumo que este poderia tomar. Jesus apareceu aos discípulos com a sua dor, vergonha, perda e esperanças desfeitas. Da mesma forma, nós, bispos, sentimos dúvidas, ansiedades e receios relativamente a certas partes deste documento. Mas também sentimos alegria e esperança. O Cristo crucificado e ressuscitado mostrou as suas feridas aos discípulos e, apesar da vergonha, das dúvidas e dos receios, eles encheram-se de alegria e esperança. As suas palavras foram "a paz esteja convosco". Ele convida-nos, a nós bispos, a confiar na sua misericórdia e a proclamar a verdade com amor, como fez Jesus.

150. Perante as nossas dúvidas e os nossos medos, Jesus envia-nos a um mundo destruído. Acolhemos as dores e as angústias, as alegrias e as esperanças do povo da Oceânia expressas neste documento. Com confiança no Espírito Santo, continuaremos a caminhar juntos, povo e pastores, como Povo de Deus peregrino. Jesus Cristo caminha connosco na nossa viagem sinodal, oferecendo-nos a sua paz e exortando-nos a ter coragem.

151. A nossa partilha do Evangelho na Oceânia tem lugar em contextos muito variados. Este documento é um exemplo de como as vozes dos povos das nossas nações revelam os contextos da nossa missão. O documento tem um vivo sentido de missão, que está no coração do fato de os leigos serem Igreja no mundo.

152. Temos o desejo e a responsabilidade de escutar e acompanhar os nossos jovens e de os ajudar a inspirar-se no Evangelho vivificante para responder aos desafios que enfrentam na sua busca de sentido, de esperança e de relações saudáveis. Estamos conscientes de que chegar aos nossos jovens de forma mais corajosa, criativa e envolvente é um aspeto essencial da missão da nossa Igreja no contexto do nosso mundo atual.

153. Estamos também empenhados na nossa responsabilidade partilhada, expressa neste documento, de cuidar melhor da nossa casa comum e de a defender. Na nossa região, a crise ecológica é uma ameaça existencial para muitas pessoas e comunidades. A subida do nível do mar, a acidificação dos oceanos, as secas, as inundações e os fenómenos meteorológicos extremos mais frequentes são a prova disso. A destruição de algumas nações insulares torna-se cada vez mais provável à medida que o derretimento da calota de gelo da Antártida, na nossa periferia sul, continua com o aquecimento global. A conversão ecológica é uma prioridade urgente da missão.

154. A formação de todos os membros da Igreja, incluindo os bispos, será essencial para apoiar a nossa caminhada no sentido de nos tornarmos uma Igreja mais sinodal.

155. Depois de reflectirmos juntos sobre este documento na nossa Assembleia, sentimos paz e alegria. Sentimo-nos também chamados a ser proféticos. Os apóstolos foram aceites por Jesus, apesar de o terem desiludido. Ele ofereceu-lhes a paz. Somos chamados a estar prontos para nos sacrificarmos no processo de sermos proféticos. Temos de nos modelar pelo amor que proclamamos. Somos enviados, tal como Jesus enviou os apóstolos.

### **Sobre a sinodalidade**

Após a explicação das três palavras-chave do processo sinodal - comunhão, participação, missão - as pessoas da aldeia gritaram com confiança e em voz alta: " Nós somos sinodalidade! Nós somos sinodalidade!" Porquê? "Estamos fazendo isso desde que nos tornámos católicos". (A aldeia de Balimo, na Papua Nova Guiné, tornou-se paróquia há 27 anos e as pessoas não sabem ler nem escrever)

Quando a explicação continuou a enfatizar a ideia de "CAMINHAR JUNTOS", disseram: "Todos os dias SÓ CAMINHAMOS e andamos sempre em número porque é estranho andar SÓ e não é possível andar de carro porque não temos estrada!"

Se a sinodalidade exprime o modo de vida e de ação ordinário do povo da Igreja, então devo dizer que as pessoas de Balimo têm razão, num certo sentido, na sua simplicidade como Igreja e na sua prática de fé.

*Bispo Joseph Durero*